

Regulação e privatização: o caso do gás natural na Argentina na década de 1990

Daniela de Oliveira da Silva^{*}

Maria Heloisa Lenz^{**}

Resumo

A Argentina foi protagonista de um dos mais controvertido processo de privatização, sendo a do mercado de gás um dos seus casos mais emblemáticos. O objetivo deste trabalho é examinar a introdução da concorrência no mercado de gás natural argentino, sob a nova regulação legal. O mercado argentino do gás natural foi caracterizado até a década de 1990, quando ocorreu a privatização, pela existência da empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* – YPF, possuidora do monopólio das reservas de hidrocarbonetos do país. O trabalho está assim estruturado: na primeira parte trata das fases da história da Argentina, com ênfase nas questões de crescimento, crise, intervenção e abertura da economia; na segunda apresenta o histórico da utilização do gás natural na Argentina, do seu processo de regulamentação e de privatização. Finalmente, as características da oferta de gás na Argentina é o objeto da terceira parte.

Palavras-chaves: Argentina, regulação, privatização, mercado de gás

Introdução

A década de 1980 foi caracterizada por crises econômicas para a América Latina, contrastando com a década de 1970, quando para a maioria dos países foi uma época de vigoroso crescimento econômico, mas já marcada pelos choques do petróleo, pelo aumento tanto da inflação, como da dívida externa. Nos anos oitenta os governos tiveram que arcar com esta herança e após a ocorrência do aumento vertiginoso das taxas de juros no exterior a insolvência se generalizou para a maioria dos estados nacionais dos países latino-americanos. Todos esses fatores levaram que a maioria dos países latinos experimentassem a retração da produção industrial, processos inflacionários, além de baixo ou negativo crescimento do PIB.

Em função disso, a década dos anos oitenta acabou ficando conhecida como *a década perdida* para os países latino-americanos. Na década posterior, as questões que emergiram na agenda destes países foram no sentido de corrigir tanto o tamanho como a ineficiência do Estado em muitos setores produtivos, bem como a transferência de determinadas empresas e serviços para o setor privado. A saída para muitos países latino-americanos foi, assim, privatizar certos setores da economia.

Dentre estes países a Argentina foi protagonista de um dos mais controvertido processo de privatização, que atingiu inúmeros setores da economia, a ponto da autora Thorp (2000) denominá-la de *totalmente convertida*, na sua classificação desses processos na América Latina.

^{*} Bacharel em Economia, 2008, UFRGS.

^{**} Professora Adjunta do Departamento de Economia e do PPGE em Economia da UFRGS.

Ao longo do processo a privatização do mercado de gás foi um dos casos mais emblemáticos, sendo por isto, o objetivo principal deste trabalho. O mesmo centrará em examinar o efeito da introdução da concorrência no mercado de gás natural argentino, sob a nova regulação legal. Nele também será analisado o comportamento e o estágio do mercado do combustível, que resultaram em nova regulação de mercado. O mercado argentino do gás natural caracterizou-se até a década de 1990 pela existência da empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* – YPF, criada em 1907, que possuía o monopólio das reservas de hidrocarbonetos. Esta estatal tinha a obrigação de construir as redes de captação de gás e deveria repassar o gás natural para a empresa *Gas del Estado*- GDE. Esta empresa, criada em 1945 ao nacionalizar-se o serviço, era responsável pela distribuição do combustível, mas por falta de investimentos na manutenção da sua rede este serviço foi se tornando ineficiente, sendo este um dos principais argumentos para a sua privatização.

Outro motivo pela escolha deste tema para análise se deveu também à grande dependência do mercado interno brasileiro, em relação ao gás argentino. O Brasil passou cada vez mais a utilizar esse combustível na sua matriz energética e a na indústria, dependendo mais fortemente desse combustível. Em função disso, entende-se extremamente importante compreender as perspectivas do mercado latino-americano do gás e quais serão os impactos de uma futura crise do setor.

Para cumprir os seus objetivos, o trabalho está estruturado da seguinte forma. Na primeira parte tratará da história da Argentina, com ênfase nas várias fases enfrentada por esta economia, descrevendo brevemente cada uma delas, com ênfase nas questões de crescimento, crise, intervenção e abertura da economia. A segunda tratará do histórico da utilização econômica do gás natural na Argentina com a descrição do seu processo de regulamentação e de privatização. As características da oferta de gás na Argentina e sua evolução será objeto da terceira parte.

Argentina: crescimento, crise, nacionalizações, desregulamentação e privatizações

A Argentina experimentou um período de intenso crescimento no final do século XIX, a *Belle Époque*, a ponto de que no início do século XX despontar como uma das mais importantes nações em relação ao crescimento econômico. Conforme Lenz (2004), este intenso crescimento levou a Argentina a ser comparada a países como Estados Unidos e Canadá, mas ao longo do século XX o país passou a enfrentar períodos com uma enormidade de problemas econômicos, sociais e políticos. O final desta fase de crescimento econômico ainda é objeto de intenso debate

na literatura¹, variando entre 1914 e 1929, mas independente dessa discussão o fato é que ao longo do século XX a Argentina sofreu períodos de intensa instabilidade econômica, política e social. Mas o mais importante é que o período de crescimento que iniciou no final do século XIX caracterizava-se por uma grande abertura como o exterior, sendo o seu grande parceiro a Grã-Bretanha, através de produtos, de mão-de-obra e, principalmente de capitais. Estes capitais, que chegaram ao país sob a forma de investimento estrangeiro, eram preponderantemente de origem britânicos e destinados primordialmente à construção de estradas de ferro no país.

O resultado da Primeira Guerra Mundial, assim como a crise que abalou o sistema capitalista em 1929, afetou profundamente os países da América Latina, e, portanto a Argentina, influenciando suas opções de crescimento. Como marco da política internacional, o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, assinalou o declínio da Grã-Bretanha como principal potência hegemônica no sistema ocidental marcando, concomitantemente, a ascensão dos Estados Unidos para esta posição. Os Estados Unidos saíram da I GM como a nação mais favorecida, passando da posição de potência regional para mundial. Uma decorrência natural dessa nova posição foi o aumento de sua influência nos países da América Latina, e conseqüentemente na Argentina, começando um movimento que se denominou de “expansão da influência do dólar na área tradicional da libra”. A Argentina, principal país exportador de produtos alimentícios, com seu desempenho sempre ligado ao aspecto externo - mãos-de-obra, capital e mercado externo- teve de buscar novas alternativas.

Na década de 1920, quando as condições externas se modificaram, pondo fim à entrada de imigrantes e de capitais estrangeiros no país, a economia argentina já estava mostrando sinais de saturação em relação a sua capacidade de absorver recursos externos, com muita dificuldade de encontrar novos caminhos para substituir a economia primária exportadora.

A Argentina a partir dos anos trinta do século XX, assim como a maioria dos demais países da América Latina, começou a formular um modelo alternativo, iniciando, assim, o processo de industrialização substitutivo de importações, sob o manto do nacionalismo e da proteção econômica. O objetivo era tanto a construção de um parque industrial, como também a construção de um forte mercado interno.

Um novo período a ser destacado é o que tem início com a subida de Perón ao poder em 1946, cuja principal característica foi uma forte intervenção nas diversas áreas da economia e a

¹ Em suma, a discussão entre as várias posições mostra unanimidade em relação às causas do esgotamento do modelo argentino de crescimento aberto por volta dos anos próximos da I GM, - o estreitamento monetário europeu na segunda metade de 1913, que reduziu o fluxo de capitais, a falência das colheitas de 1914, e também a I GM -, sendo que a discordância gira em torno da profundidade da crise e da manutenção do crescimento durante os anos vinte. (Lenz , 2006).

nacionalização de inúmeras empresas, como as estradas de ferro, predominantemente de origem britânica.²

Nos anos cinqüenta e setenta houve o aprofundamento da intervenção estatal na produção e distribuição de bens e serviços. Nos anos setenta a Argentina enfrentou as crises petroleiras, os déficits públicos, os altos endividamentos e nos anos oitenta experimentou taxas estagnadas de produtividade e de investimento, a inflação elevada, a queda de salários, e conflitos sociais, culminado pelo processo de pela hiper inflação de 1986.

Todos estes acontecimentos levaram a que fosse gerada no seio da nação argentina, evidentemente sob forte influência da experiência internacional, notadamente as privatizações ocorridas na Inglaterra na era Thatcher e na América Latina as reformas empreendidas pelo Chile, ao questionamento sobre a presença do estado na economia e a eficiência das empresas públicas. Em razão disso, este tema se tornou o principal ponto da agenda econômica e política da Argentina nos anos 90. As principais questões econômicas que levaram a esta mudança de temas foi à tentativa de corrigir os problemas dos monopólios naturais, a idéia da necessidade de lidar com as externalidades, e a falta de financiamentos no mercado privado de capitais no país, entre outros. Em 1991, passou a vigorar o *Plan de Convertibilidad*, que estabelecia, entre outras coisas, a renegociação da dívida externa e a aceleração da abertura comercial, fundamentos desta nova fase.

Desta forma os anos noventa vão dar início a uma reforma do estado argentino realizado através de medidas de desregulamentação de diversos mercados controlados pelo mesmo e de um extenso programa de privatizações de empresas estatais. Foi neste contexto que ocorreu a liberalização do mercado de gás natural.

Essas reformas foram lideradas pelo poder executivo, mas também contaram com o apoio político de diversos representantes da sociedade argentina.³ Essas reformas podem ser divididas em duas etapas: as Reformas de 1ª Geração: Comercial, tributária, financeira, liberalização da conta de capital e privatizações e as chamadas de 2ª Geração: Previdenciária e do mercado de trabalho.

Na Argentina as da chamada Primeira Etapa, aconteceram no período compreendido entre os anos de 1989 - 1991 quando ocorreu a venda tanto da Entel e da Aerolíneas Argentinas

² Segundo (Gerchunoff; Llach, 2005) a principal meta de Péron ao assumir o poder foi à nacionalização das empresas estrangeiras.

³ Segundo Azpiazu e Basualdo (2001, p.2): *Una pieza central de la estrategia privatizadora por parte del nuevo gobierno y de los sectores de poder, fue la inclusión de los sindicatos en la restringida "mesa de negociación", lo cuál, resultó clave para neutralizar la resistencia social a la política privatizadora. Asimismo, con el fin de asegurarse un apoyo continuado del sindicato durante y después de la enajenación de la empresa, el gobierno proporcionó una participación del 10% en la propiedad de la misma a los trabajadores, mediante el Programa de Propiedad Participada establecido en la Ley de Reforma del Estado.*

para o setor privado. O objetivo dessa fase de privatizações foi a de angariar fundos para equilibrar as contas nacionais e a dívida externa e enviar sinais de compromisso com as reformas de mercado, gerando credibilidade nos agentes.

Na chamada Segunda Etapa, compreendida entre os anos de 1991 a 1994, o objetivo alegado também foi da necessidade de equilibrar as contas públicas, mas junto com a preocupação em dar uma maior eficiência das empresas. Nesta etapa também se deu maior atenção aos procedimentos de transferência, estabelecendo marcos regulatório e que passassem pela votação e aprovação no Congresso.

Segundo Allende (2007) os principais setores privatizados no período 1989-1994 foram: as telecomunicações, os transporte aéreo, as ferrovias de cargas e passageiros, as redes de rodovias, a companhia de gás; a companhia da água e energia, as áreas petroleiras centrais e secundárias, a energia elétrica: geração, transmissão e distribuição, as firmas siderúrgicas, as firmas petroquímicas, os canais de televisão e rádio, a administração do sistema portuário, os imóveis públicos e as fábricas militares. Segundo a autora este processo foi uma resposta ao rápido crescimento do governo nos últimos anos.

A Lei de nº 23.696 de 1989 foi a que deu início as reformas modernizantes de mercado. Em 1992 a companhia a Lei de Privatizações autorizou a privatização da YPF, introduzindo a concorrência no mercado de produção e exploração de gás natural. Pela Lei do Gás Natural de nº 24076 de 1992, foram introduzidas mudanças no setor de distribuição do gás, o chamado setor *downstream*, seguida pela privatização da GDE.

Esta nova fase foi acompanhada pela criação de agências reguladoras independentes, além das privatizações de empresas estatais, por terceirizações de funções administrativas do Estado e pela regulação da economia. Foram utilizadas técnicas administrativas de defesa da concorrência e correção de falhas de mercado, em substituição a políticas de planejamento industrial, o que representou uma enorme mudança legislativa e constitucional que deu suporte às reformas

Uma das características deste processo foi que a mesma prescindiu muitas vezes de marcos institucional e regulatório adequados, o que levou algumas empresas serem privatizadas antes da criação das agências reguladoras.

A intensidade das privatizações na Argentina pode ser observada a partir do índice de privatização segundo a metodologia de Morley, Machado e Pettinato (1999). Este índice de privatização é definido: “ (...) como a diferença entre a unidade e a razão entre o valor adicionado pelas empresas estatais e o produto não-agrícola” (Bandeira, 2002, p. 124). Estes autores elaboraram uma série anual de índices de reforma no período de 1970 a 1995 para 17 países da América Latina, incluindo a Argentina. O resultado verificado do índice de privatizações foi que em 1991, ano em que passou a vigorar o *Plan de Convertibilidad*, o índice

saltou de 0,890 em 1990 para 0,93, chegando a um em 1995. Pode-se concluir que o valor adicionado pelas empresas estatais argentinas foi nulo em 1995, enquanto em países com avançado processo de reestruturação do mercado, como por exemplo, o Chile e o Brasil, o valor do índice no mesmo ano chegou a 0,840 e 0,813, respectivamente. Do conjunto de dados obtido no trabalho citado, pode-se observar que a série de índices de privatização na Argentina tem valores acima da média dos 17 países analisados no estudo, ou seja, o processo de reformas foi mais intenso na Argentina. A série com a evolução do índice de privatizações nos países da América Latina analisados está na tabela n.1

Tabela n.1 - Índice de privatização de 17 países da América Latina

	ARG	BOL	BRA	CHI	COL	CRI	DOM	ECU	SLV	GUA	HON	JAM	MÉX	PAR	PER	URU	VEN	MÉDIA
1988	0,804	0,436	0,699	0,561	0,801	0,678	0,985	0,607	0,948	0,939	0,810	0,335	0,647	0,871	0,887	0,914	0,423	0,726
1989	0,840	0,334	0,739	0,620	0,773	0,730	0,985	0,617	0,934	0,926	0,819	0,348	0,663	0,804	0,859	0,905	0,150	0,709
1990	0,890	0,347	0,745	0,635	0,742	0,715	0,985	0,660	0,920	0,902	0,773	0,362	0,635	0,899	0,804	0,942	0,000	0,703
1991	0,933	0,381	0,669	0,758	0,756	0,709	0,985	0,632	0,923	0,883	0,777	0,383	0,730	0,837	0,816	0,945	0,144	0,721
1992	0,949	0,418	0,702	0,778	0,770	0,732	0,985	0,640	0,925	0,865	0,780	0,391	0,753	0,844	0,827	0,945	0,181	0,734
1993	0,965	0,458	0,737	0,798	0,784	0,756	0,985	0,647	0,928	0,847	0,784	0,410	0,776	0,851	0,839	0,945	0,228	0,749
1994	0,981	0,503	0,774	0,819	0,798	0,781	0,985	0,655	0,930	0,830	0,781	0,428	0,800	0,858	0,850	0,945	0,287	0,765
1995	1,000	0,552	0,813	0,840	0,813	0,807	0,985	0,663	0,933	0,813	0,791	0,428	0,825	0,865	0,862	0,945	0,362	0,782

Legenda: ARG – Argentina; BOL - Bolívia; BRA – Brasil; CHI – Chile; COL – Colômbia; CRI – Costa Rica; DOM – República Dominicana; ECU – Equador; GUA – Guatemala; HON – Honduras; JAM – Jamaica; MÉX – México; PAR – Paraguai; PER – Peru; SLV – El Salvador; URU- Uruguai; VEN – Venezuela.

Fonte: Morley, Machado e Pettinato apud Bandeira, Andreia (2002, p. 129), digitação própria

Segundo Thorp (2000) as principais características do processo de privatização argentino podem ser resumidas da seguinte forma: a) a falta de um processo de aprendizagem, b) a existência de uma base institucional menos desenvolvida, c) Esforços ortodoxos e heterodoxos, d) contexto do processo de Conversibilidade, Uso da abertura e estabilidade, Queda nos custos de transação.

Histórico da utilização econômica do gás natural na Argentina: da descoberta ao processo de regulamentação e de privatizações

O mercado argentino de gás natural⁴ começou no final do século XIX, junto com a indústria do petróleo, mas nesta época o mercado consumia basicamente gás manufacturado. Desde o início o mercado do gás na Argentina foi caracterizado como sendo um monopólio

⁴ Em 1821 nos Estados Unidos, foi descoberta acidentalmente a primeira jazida de gás natural em Fredonia, Nova York. O grande atrativo do gás natural era o fato de seu preço ser mais baixo que o do gás manufacturado. A reorientação no mercado mundial após os choques do petróleo foi no sentido de aumentar a utilização de gás natural, como forma de reduzir a dependência das importações de petróleo. Assim, buscou-se explorar as reservas de gás de uma maneira mais racional e dando a devida importância para a utilização do mesmo como energético ou como matéria-prima.

natural.⁵ Em 1945, Julio Canessa desenvolveu as redes de captação de gás natural para a YPF e em 1947 teve início a construção do gasoduto Comodoro Rivadavia em Buenos Aires, que tinha 1605 quilômetros de longitude. O impacto desse empreendimento foi o fato de que o gás ter se tornado mais acessível e também houve a necessidade de reduzir a importação de carvão, querosene e lenha.

Com a descoberta de gás natural nas jazidas de Salta, houve a necessidade de construir um gasoduto de Campo Duran a Buenos Aires. Posteriormente foi construída uma conexão desse gasoduto em territórios da Bolívia, o que possibilitou a importação de gás. Após, com a descoberta de mais uma grande jazida em Loma La Lata, foram construídos os gasodutos NeuBA I e NeuBA II, que vai de Neuquen a Buenos Aires, e o gasoduto Centro Oeste, de Neuquen a Mendoza, para logo ter mais uma conexão até San Jerónimo em Santa Fe com o Duran-BA (Franzini, 2004).

Até 1989, as empresas *Yacimientos Petrolíferos Fiscales S.E.* (YPF) e *Gas del Estado* (GDE) controlavam a quase totalidade das atividades de produção e distribuição de hidrocarbonetos no país. Segundo Pistonesi (2001), a YPF extraía de forma direta 62% do petróleo produzido e entre 80% e 85% do gás natural, sendo o restante produzido por agentes privados, mediante contratos concedidos pelo governo. Esses contratos determinavam que todo o petróleo e o gás natural produzidos deveriam ser repassados à YPF, e a base de preço era fixada ou determinada através de acordos com negociações periódicas.

A empresa estatal GDE era responsável pelo transporte, tratamento e distribuição do gás natural entregue pela YPF, tendo preço de referência fixado pela Secretaria de Energia da Argentina. Norteada pela política energética do período, sua função era substituir os combustíveis líquidos por gás natural para os segmentos residencial, industrial e para geração elétrica. Os preços de referência eram mantidos em patamares baixos, principalmente até metade dos anos 1970, possibilitando transferência de renda, permitindo a mesma investir na expansão da cobertura de seus serviços. Dessa maneira, o consumo de gás natural na Argentina cresceu a taxas altas entre 1970 e 1989 (7,5% ao ano), some-se também o fato de que foram descobertas grandes reservas na bacia Neuquina, principalmente em Loma de La Lata, que facilitou a penetração do gás natural na matriz energética. A despeito de todo esse crescimento de consumo, a situação financeira tanto da YPF como da GDE estavam deterioradas pelos seguintes motivos

⁵ O conceito de monopólio natural se aplica ao mercado de gás natural argentino no período pré-privatizações. As relações comerciais em um mercado onde possa existir monopolista upstream são caracterizadas pelo movimento de que a empresa *upstream* possui primeiramente a demanda única da empresa *downstream*. Um monopolista *upstream*, aplicando o conceito ao mercado de gás natural, seria aquele que controla exploração e produção. Um monopolista *downstream*, se aplicado ao mesmo mercado, seria aquele que é encarregado do processamento, transporte e distribuição do combustível.

apontados por Pistonesi (2001, p. 18): a política tarifária adotada, os contratos desvantajosos com agentes do setor privado, os preços estabelecidos para o gás importado da Bolívia. A partir de 1976, a tarifa para o consumidor final teve significativos incrementos, pois a carga sobre a venda de gás natural estava crescendo, mas, a tendência era de queda para as receitas de tarifas para GDE. Por outro lado, ocorriam fatos como o contrato desvantajoso para utilização do gasoduto Centro-Oeste, assinado com o consórcio COGASCO, que ficaria encarregada da construção da sua infra-estrutura. Dessa licitação ficou determinado que o aumento nos custos de transporte do gás natural ficaria a cargo da GDE. Mas, como o autor enfatiza, o problema que mais pesou para a deterioração desta a estatal foi o preço das importações de gás natural vindas da Bolívia. Este preço era muito superior ao praticado para outros países que importavam da Bolívia. O Estado argentino fornecia esse gás importado a um preço muito abaixo da escala de custo para o mercado interno.

O processo argentino de regulação do setor de gás natural iniciou na década de 90, quando começaram as primeiras medidas.⁶ Como já foi descrito anteriormente, a intensidade das privatizações na Argentina foi muito grande. A YPF e GDE foram privatizadas em 1993 e 1992, respectivamente⁷. Desta reforma, foi criado um agente regulador específico⁸ para o setor do gás natural: o Ente Nacional Regulador del Gas - ENARGAS.

Desse processo, a GDE foi desdobrada em duas empresas de transporte de gás: a Transportadora de *Gas del Norte* (TGN) e a Transportadora de *Gas del Sur* (TGS). Para a distribuição, o resultado da introdução da concorrência foi o surgimento dessas empresas: a

⁶ Segundo LLanos (2001, p. 87): *The bills for the privatisation of electricity and gas were those most carefully designed by the executive power. The World Bank provided a close supervision and played an active part in defining these projects. With these bills, Minister Cavallo intended to draw a dividing line from previous privatisations. On the one hand, there was the need to obtain the financial support required by the convertibility plan. The government submitted these bills in the midst of intense negotiations with the IMF, which involved, among other measures, proposed levels of fiscal surplus to be achieved through privatisation. On the other hand, there was also course of the sale. Powerful industrial users of gas and electricity were particularly anxious to avoid higher tariffs, which were crucial for industrial costs. So entrepreneurial organisations (such as the Argentine Industrial Union) monitored the policy-making process closely.*

⁷ Deve-se observar que o mercado de gás natural após as privatizações na Argentina se organizou no modelo de oligopólio, que se caracteriza por um mercado controlado por poucas empresas, onde podem concorrer em função de liderança de preços ou de quantidade produzida. Como se sabe neste modelo há poucas empresas a operar a produção e exploração, assim como o transporte e distribuição. O melhor modelo para descrever esta situação de mercado é o de *Stackelberg*, quando a empresa lidera em função da quantidade que produziu, e as outras empresas do setor seriam as seguidoras. No mercado argentino de gás natural este conceito pode ser aplicado à empresa Repsol-YPF como a líder no mercado, dado que esta possui a maior parte das reservas produtivas na Argentina durante boa parte da década de 1990 e 2000.

⁸ De acordo com (Anastásia, Ranulfo, 2002): Essas reformas marcaram a redefinição dos canais de circulação de poder político para a formulação de políticas para setores estratégicos da economia, tais como os de telecomunicações, energia elétrica, gás e petróleo, transportes, água e saneamento, saúde e medicamentos, seguros, etc. Foram instituídos mecanismos que permitissem a participação dos consumidores, por meio de Conselho de Consumidores, audiências e consultas públicas, ouvidorias. Na Argentina, além desses mecanismos, criou-se junto ao Congresso Nacional a Defensoria do Povo, tais instrumentos ficaram conhecidos na literatura como *accountability*.

Metrogas, a Gas Natural BAN, a Litoral Gas, a Distribuidora de Gas del Centro, a Distribuidora de Gas del Cuyana, a Gas Nea, a Gas Nor, a Camuzzi Gas Pampeana, a Camuzzi Gas del Sur.

Pela Lei 24.076 de 1992 as principais mudanças no marco regulatório para indústria do gás natural foram às seguintes. O transporte e distribuição deveriam ficar nas mãos de empresas privadas. Apenas no caso de desinteresse do setor privado o Estado poderia participar. Estabelecia o reconhecimento e definição de todos os agentes da cadeia e outorgava a ENARGAS a decisão de autorizar ou não o início de obras nas mais variadas divisões do mercado. Reconhecia o livre acesso ao mercado de distribuição e transporte e livre importação de gás, mas que as exportações deveriam ser autorizadas pela secretaria de energia argentina. Havia também a preocupação com as limitações na integração vertical: um agente não poderia controlar outra atividade diferente a sua determinada, o preço seria determinado no mercado, a tarifa de transporte deveria ser definida por contrato de concessão, as tarifas de distribuição deveriam ser diferentes, dependendo do porte do consumidor, bem como o tipo de contrato que também deveriam ser diferenciado (interruptível ou firme). As tarifas de transporte e distribuição deveriam cobrir ao menos os custos e a ENARGAS se organizaria como uma autarquia. (Pistonesi, 2001).

Quando se opta pela privatização de um setor da economia, pelo aspecto microeconômico, o resultado é de aumento das eficiências sistêmica e interna ao mercado. Florissi (2000, p.164) afirma: “Os ganhos de eficiência sistêmica dizem respeito aos impactos que potenciais novos investimentos, especialmente em áreas-chave, como os serviços públicos e de infra-estrutura, teriam na economia como um todo”. Esses resultados da eficiência interna seriam no sentido de ganhos de bem-estar geral. Então, para situações como esta, o papel da atividade reguladora de mercado seria proteger os interesses do consumidor em relação a preços e qualidade do serviço; assegurar que as firmas, operando de maneira eficiente, possam se auto-financiar; promover eficiência; assegurar o cumprimento de eventuais políticas públicas decididas em nível governamental, seja executivo, seja legislativo; assegurar que o regime como um todo seja sustentável e robusto.

Em relação específica ao caso do gás, o consumo e a produção cresceram velozmente na década de 90. Segundo dados da Secretaria de Energia argentina, a produção em 1992 era da ordem de 68,6 milhões de metros cúbicos por dia, e em 2007 era de 141,8 milhões de metros cúbicos. Mas, a partir de 2000, as reservas provadas (aquelas que após os estudos de sísmica, é comprovado que existe gás natural nelas) de gás natural começaram a cair, sendo que no ano citado o total delas era 829.454 milhões de metros cúbicos, e em 2007 estaria em torno de

441.972 milhões de metros cúbicos. Além disso, muitos estudos marcaram a data de 2015 como o esgotamento definitivo delas.

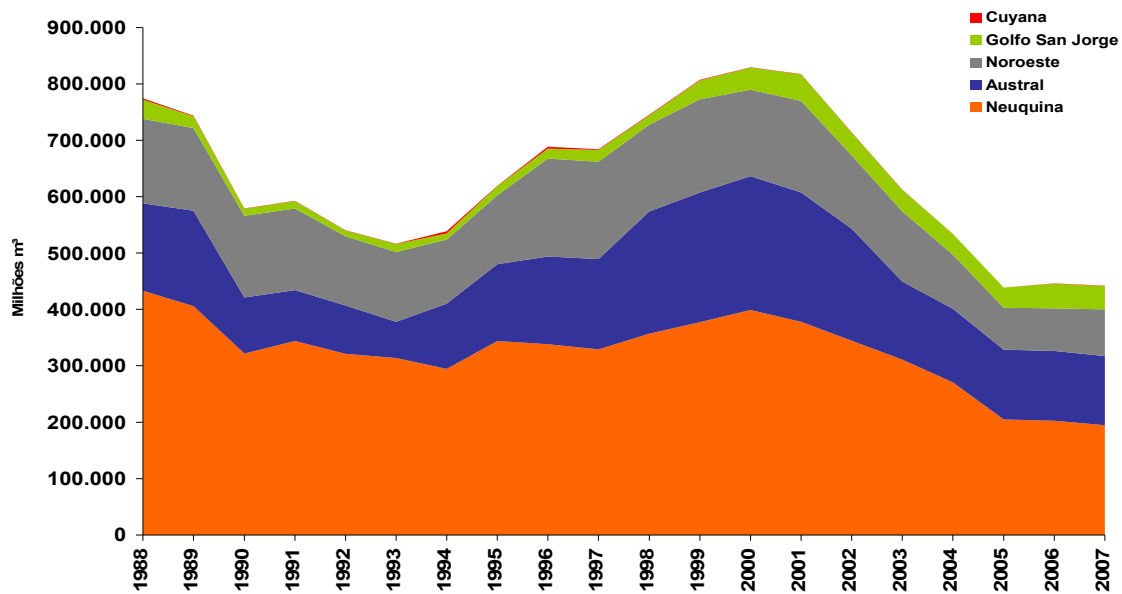
Segundo o Anuario Estadístico del Ente Nacional Regulador del Gas de 2006, os objetivos estabelecidos ditados pela Lei nº 24.076, seriam no sentido de defender os direitos dos consumidores de gás natural, bem como estimular a competitividade tanto do lado da oferta quanto da demanda, assim como promover inversões necessárias para assegurar o fornecimento a longo prazo. Ficaria a cargo de a autarquia assegurar o livre acesso ao mercado de gás natural argentino, a fim de evitar reservas de mercado ou discriminação de usuários. Um papel importante que lhe foi dado foi o de regulador das tarifas de transporte e distribuição, a fim de evitar abusos de cobrança aos usuários, assim como assegurar que o preço de fornecimento de gás natural à indústria fosse proporcional ao aplicado em outros países com mercado no mesmo estágio de desenvolvimento. A ENARGAS também deveria promover o uso racional do gás natural a fim de proteger o meio ambiente.

As características do mercado de gás natural na Argentina e sua evolução

Para se entender a características da oferta de gás é necessário estabelecer a diferença entre os conceitos de bacias sedimentares produtivas e de suas reservas. Por bacia sedimentar se pode entender como aquelas regiões que, durante um determinado período, sofrem lento, mas contínuo abatimento das precipitações naturais como chuvas e ventos, gerando uma depressão que é preenchida por sedimentos. Dessa formação, após um período soterrado sem contato com o oxigênio, surgem os depósitos de petróleo e de gás natural. Este último pode tanto estar associado ao petróleo, quanto pode não estar associado. Mas, necessariamente, em reservas de petróleo está presente o gás natural, pois é o estado mais estável da matéria orgânica (CH₄). Abaixo, o esquema explicita como é feita a classificação de reservas de hidrocarbonetos:

As reservas são classificadas, segundo Pinto Jr. (2007), em **Provadas** e **Não Provadas**. As primeiras dividem em **Desenvolvidas** e **Não Desenvolvidas**. Já as **Não Provadas** dividem-se em **Prováveis** (com possibilidade de serem provadas; **Potenciais** (com características de uma reserva) e **Possíveis** (com possibilidade de ser uma reserva. A análise proposta por este trabalho não considera possíveis volumes de gás natural em reservas prováveis e possíveis. Os volumes apresentados se tratam dos existentes em jazidas que já estão sendo prospectadas. Na Argentina, atualmente, encontramos cinco bacias produtivas de hidrocarbonetos, seus volumes correspondentes estão no gráfico n. 1, onde é apresentada a evolução das reservas provadas:

Gráfico n. 1 - Reservas provadas das bacias sedimentares na Argentina



Fonte: Dados de 1988 a 1999 – Gás Energy assessoria empresarial (2008) e 2000 a 2007 – Secretaria de Energia de Argentina – Mecon (2008), elaboração própria.

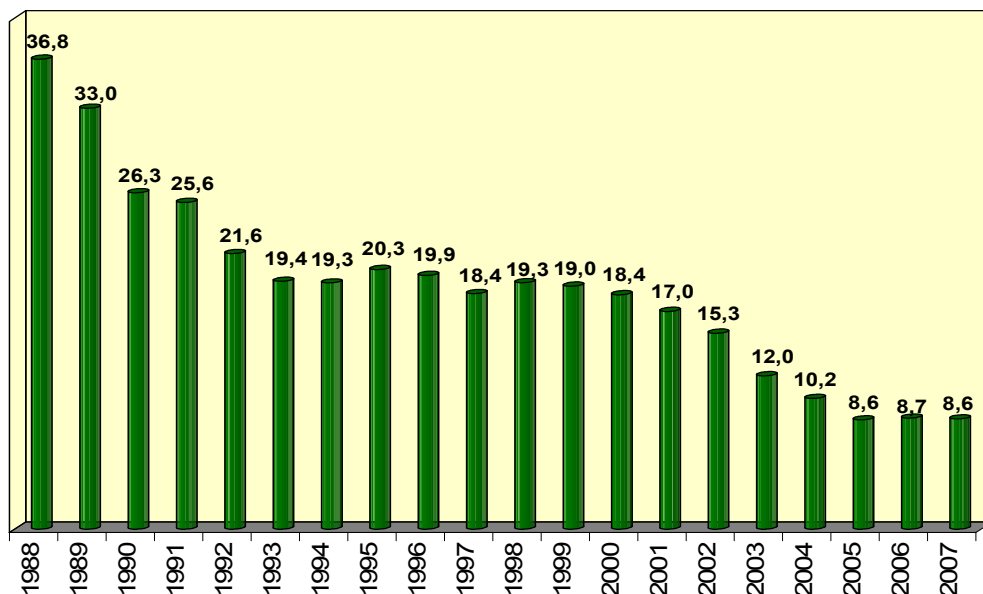
Destas, as que têm peso maior nas reservas provadas totais da Argentina são Neuquina, com 44% das reservas provadas totais, e Austral com 28% destas em 2007, sendo este seu peso não era muito diferente dos anos anteriores. Antes de 1994 o segundo lugar era a do Noroeste, cabendo a de Neuquina o terceiro lugar. Também com base no exame neste gráfico pode se observar que o nível de reservas de gás natural na Argentina começou a declinar a partir do ano de 2001, principalmente nas bacias mais importantes para a produção interna, como a de Neuquina, que acumulou um declínio de 55,1% de 1988 a 2007. Para este mesmo período, o declínio sobre o total das reservas de gás natural na Argentina foi de 42,9%. Após o período de privatizações do setor, houve tendência de aumento nas reservas provadas de gás natural. Por exemplo, na de Austral houve incrementos das reservas provadas de gás durante o período de 1994 a 2001, voltando a declinar em 2002, acumulando de 2002 a 2007 uma redução de 38,3%. Esse comportamento não seria sustentável no longo prazo ao nível de reservas disponíveis de gás natural.

Alguns estudiosos do setor trabalham com a problemática da possível escassez futura desse combustível. Dicco (2005) apresenta uma projeção bastante pessimista sobre o possível cenário do mercado de gás natural para 2015. Com base em dados da ENARGAS e CNE do Chile, o autor chega ao resultado de que poderia acontecer um esgotamento definitivo das reservas de gás natural para o ano citado. Este resultado está calcado em três hipóteses. A primeira hipótese: se a produção continuasse a crescer a mesma velocidade. A segunda hipótese: se a demanda permanecesse com a mesma tendência ascendente. A última hipótese: se a

Argentina não reduzisse as exportações, notoriamente para o Chile, país de destino que o próprio autor em outros estudos enfatizou que seria um dos mais graves complicadores.

A produção do gás na Argentina cresceu a uma taxa alta no decorrer do período analisado, chegando a 4,8% ao ano. Logo, em relação à produção e às reservas provadas de gás natural, identifica-se que as duas tendências são antagônicas, sendo possível gerar crises no mercado consumidor de gás do país. Por exemplo, em 2004, houve a *crisis del gas*, nos meses de março, abril e maio, quando houve um aumento brusco de demanda, principalmente de gás para o setor industrial e para geração elétrica. No caso deste último a razão é que o ano em questão foi hidrológicamente ruim, tendo sido necessário acionar as termoeletricas para suprir a demanda elétrica. Além disso, as exportações não foram reduzidas (Dicco, 2005). Observando a relação entre reservas sobre a produção, percebe-se que esta decaiu muito no período analisado, sendo que em 1988 as reservas eram 36,8 vezes a produção total do ano, já em 2007 significavam 8,6 vezes a produção total, conforme é apresentado no gráfico n. 2:

Gráfico n. 2 - Reservas provadas totais sobre a produção total 1988 -1999



Fonte: dados de 1988 a 1999 – (Gás Energy ,(2008) e 2000 a 2007 – Secretaria de Energia de Argentina – Mecon (2008), elaboração própria.

O resultado disso é causado por duas tendências antagônicas, sendo cada vez mais grave a proximidade com a proporção de 1, que marcaria o fim da produção de gás natural, quando as reservas seriam apenas o suficiente para atender a produção de um ano.

Após a promulgação da Lei 24076/92, como já foi detalhado, as funções de transporte e distribuição foram separadas e, criou-se a ENARGAS, que deveria regular o setor de gás natural. Desse processo, foram criadas duas empresas de transporte de gás: Transportadora de Gas del

Norte (TGN) e Transportadora de Gas del Sur (TGS). A TGN opera gasodutos do Norte e Centro Oeste, com capacidade total de 58 milhões m³/dia, sendo também de sua responsabilidade os gasodutos para exportação de gás natural ao Chile e Uruguai. A TGS opera os gasodutos Neuba I, Neuba II e General San Martín, com capacidade de transporte de 61 milhões m³/dia, três gasodutos da bacia de Neuquina e Cuyana a Buenos Aires. Os gasodutos Neuba I e II estão instalados de Loma la Lata até Bahía Blanca. O gasoduto San Martín liga Tierra del Fuego com Buenos Aires. Conjuntamente, o sistema de gasodutos tem capacidade superior a 120 milhões m³/d, dado que está integrado através de 5 gasodutos. A partir do período das privatizações no mercado gás natural houve um aumento rápido de capacidade de transporte até o ano de 2000. Entre 2000 e 2004 não aconteceram expansões de rede; a partir de 2005, devido a medidas governamentais, volta a crescer a capacidade de transporte, segundo a consultoria Gas Energy (2007).⁹

A orientação do mercado era para que os produtores de gás natural vendessem a sua produção para a TGN ou TGS, dependendo de sua localização, e os demandantes de gás contratassem capacidade de transporte através das distribuidoras ou, no caso de grandes consumidores, de forma direta.

Segundo a International Energy Agency – IEA (2003), entre 1972 e 1999 a Argentina importou gás natural da Bolívia a uma média em torno de 4,2 a 6 milhões de metros cúbicos por dia, representando 20% da demanda total em 1972 e 5% em 1999. Esse volume importado pela Argentina era equivalente a 90% da produção boliviana na década de 1970, mas essa relação caiu para uma porcentagem em torno de 60 a 70% na década de 1990.

Houve uma renovação de contrato entre os dois países no ano de 1999, dado que em 1997 ele havia expirado. Mas justamente em 1999 iniciaram as exportações de gás natural boliviano para o Brasil. A Bolívia enviou praticamente o mesmo volume de gás natural para os dois países no ano de 1999, tendo em 2000 e 2001 sido suspensas as exportações bolivianas para a Argentina. A partir de 2002 recomeçou o envio para Argentina, mas os volumes foram muito inferiores aos repassados para o Brasil, e esta tendência se manteve, sendo que a média de envio para o Brasil em 2007 foi de 27,9 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural e, para a Argentina, 3,4 milhões de metros cúbicos por dia (Mecon, 2008).

⁹ Em relação à distribuição de gás natural na Argentina, o resultado da introdução da concorrência teve como consequência o surgimento de nove empresas: Metrogas, responsável pela zona sul da capital federal; Gas Natural BAN, pela zona norte da capital federal e a conurbação até Zárate; Litoral Gas, atendendo a província de Santa Fe e nordeste de Buenos Aires, desde Zárate; Distribuidora de Gas del Centro, Córdoba, La Rioja e Catamarca; Distribuidora de Gas del Cuyana, por San Luis, San Juan e Mendoza; Gas Nea atende a Chaco, Formosa, Misiones, Corrientes e Entre Rios; Gas Nor, responsável pela província de Jujuy, Salta, Tucumán e Santiago del Estero; Camuzzi Gas Pampeana atende a província de La Pampa e as outras regiões não atendidas pelas outras distribuidoras; Camuzzi Gas del Sur, responsável por Neuquén, Rio Negro, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego.

A demanda brasileira e a argentina se incrementaram fortemente no decorrer do período analisado, levando ambos os países a cada vez mais buscar o combustível no mercado externo. Neste mesmo momento, houve baixo investimento na Bolívia para incrementar a produção de hidrocarbonetos e dinamizar este mercado, graças à situação política do país no período: estatizações, incerteza alta para os investidores, discurso contra o setor privado e o capital estrangeiro da parte do presidente Evo Morales, entre outros. Isso acabou implicando em grande dificuldade da parte da Bolívia para cumprir com seus contratos de fornecimento de gás natural para a Argentina e para o Brasil. Dada esta crise no setor, a Argentina recorreu à alternativa da importação de gás natural liquefeito (GNL) de Trinidad e Tobago.

Para esboçar como estaria a situação crítica dos intercâmbios de gás natural entre Argentina e Bolívia, pode-se citar que em dezembro de 2007 a petroleira argentina Enarsa multou a *Yacimientos Petroliferos Fiscales de Bolivia* (YPFB) em US\$ 10 milhões porque o fornecimento de gás natural estava ocorrendo abaixo do volume mínimo contratado (Invertia, 2007). No contrato firmado entre as duas empresas, o fornecimento do combustível deveria variar entre 4,6 e 7,7 milhões de metros cúbicos diários, mas, a média verificada entre setembro e dezembro de 2007 foi de apenas 2,7 milhões de metros cúbicos por dia.

Deste impasse, houve também complicações com o fornecimento para o Brasil. Em fevereiro de 2008, o vice-presidente boliviano, Álvaro Garcia Linera, afirmou que o país não teria “como honrar integralmente contratos de fornecimento de gás natural para os dois vizinhos nos momentos de pico da demanda” (Valor Econômico, 14 janeiro 2008, p. A2). A Bolívia teria condições somente de garantir fornecimento ao Brasil durante aquele inverno, “a “média histórica” de envio do combustível nos últimos anos - o que representaria de 27 milhões a 29 milhões de metros cúbicos por dia”. A reação das autoridades brasileiras não foi permissiva. O então diretor da empresa brasileira Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, em declarações dadas à imprensa, afirmou que não se abriria mão do volume contratado no Acordo de Fornecimento de Gás.

Em relação às exportações de gás natural argentino, observamos que os países de destino são Brasil, Chile e Uruguai. As exportações de gás natural para o Brasil iniciaram em 2000, e o destino deste gás era principalmente para geração termoelétrica no estado do Rio Grande do Sul na termoelétrica Uruguaiana. Uruguaiana recebeu gás natural de janeiro a abril de 2008 para geração de energia, e em 2007 não recebeu envios de maio a setembro. O volume passava pelo gasoduto Paraná-Uruguaiana, a fim de atenuar a carência energética em que passava o Brasil no ano citado, quando foi necessário um racionamento de energia elétrica em certas regiões brasileiras. Outro gasoduto brasileiro que pode transportar gás argentino era o de Cuiabá.

As exportações de gás para o Chile iniciam em 1997, tendo crescido rapidamente até 2004, tendo a mais alta média anual de envio até então, 18,6 milhões de metros cúbicos por dia. Mas, já em 2005, a média caiu para 16,9 milhões de metros cúbicos por dia, ficando a média de 2007 em 3,0 milhões de metros cúbicos por dia. A razão desta queda do envio de gás natural foi a crise no setor argentino, pois não seria sustentável manter esse volume de exportação sem afetar o mercado interno. A rede de gasodutos que conectam o Chile à Argentina conta com sete gasodutos principais: GasAtacama, GasAndes, NorAndino, Pacífico, Patagónico, Tierra del Fuego, El Cóndor-Posesión,.

Trabalhos elaborados na época da crise enfatizavam que um dos problemas graves a serem enfrentados seria a questão da exportação demasiadamente alta ao mercado chileno para a realidade do mercado argentino. Como já mencionado, a projeção elaborada por Ricardo Dicco (2005) sobre o cenário do mercado de gás natural para 2015 apontava esgotamento definitivo das reservas de gás natural, e um dos fatores negativos era o grande volume de gás natural exportado para o Chile. Se ocorresse esse corte nas exportações no período 2005-2012, o horizonte para as reservas provadas mudaria para 2017 e, contabilizando também as reservas prováveis, o horizonte seria 2021.

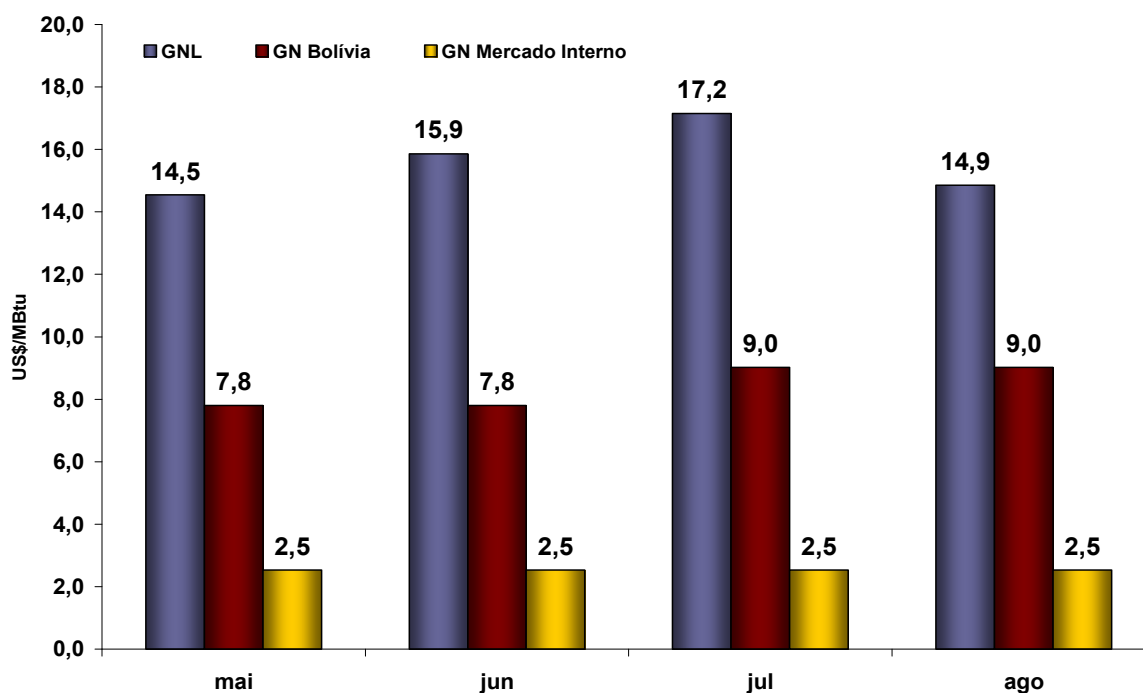
Outro país de destino para o gás argentino exportado foi o Uruguai, que começou a receber gás natural a partir de 1998, sempre com baixos volumes enviados para os gasodutos Cruz del Sur e Gasoduto del Litoral (em 2004 foi o volume médio máximo do período analisado, 0,2 milhões de metros cúbicos por dia). As exportações foram totalmente cortadas em 2007. Em 2008 foi mantido o corte no envio de gás natural para o Uruguai, assim como a tendência de queda nos envios para Brasil e Chile. Os maiores volumes enviados para o Brasil possibilitaram o acionamento da termelétrica Uruguaiana de janeiro a maio. Os volumes muito abaixo da média dos outros anos para o Chile são apenas destinados à geração elétrica no país.

Segundo Pinto Jr (2007), o mercado da Argentina estaria com 53% da matriz energética dependente de gás natural, estando à frente do Reino Unido (38%) e Itália (35,5%). Assim, foi na década de 1990 que o gás natural ultrapassou o petróleo na importância para a oferta energética no mercado argentino. A partir de 1995, o gás natural teve crescimento na oferta interna de 4,1% ao ano. E, confirmando esses resultados, a matriz energética da Argentina depende em aproximadamente 51% da oferta de gás natural no ano de 2005 segundo dados do *Balance Energetico Nacional* da Argentina divulgado em 2006 (ano base 2005). No ano de 1993 a dependência energética em relação ao gás natural era de 39%, tendo chegado a mais da metade no último ano da série analisada

Em 2007, a Argentina enfrentou uma crise no mercado de gás natural e no setor elétrico, quando aconteceram vários cortes no fornecimento de gás e energia para as indústrias e a suspensão das exportações. Com a possibilidade de acontecerem mais crises do mesmo tipo, a decisão tomada para preveni-los foi à contratação de um terminal flutuante de recebimento de GNL, que seria em Porto de Bahia Blanca. No início de junho de 2008 chegou a primeira embarcação contendo as cargas de GNL. Dessa forma, a Argentina se tornou a 18ª nação no mundo a receber GNL e o primeiro país a receber uma carga de GNL de Trinidad e Tobago na América Latina (Gas Energy, 2008).

O comprador do GNL é a ENARSA, que deverá distribuir a carga ao mercado. No país a maior crítica é em relação ao custo desta importação, pois o preço é seis vezes maior que o preço do gás nacional pago aos produtores e quase o dobro que o preço do gás boliviano para Argentina. Cogitou-se a possibilidade de nivelamento do preço do gás natural boliviano com o preço do GNL, mas existia o risco dos compradores desse gás demandarem de imediato o fornecimento da parte da Bolívia, segundo especialistas do ramo, como nas próprias palavras do ministro argentino de hidrocarbonetos, Carlos Miranda, os compradores “estão pagando estes preços pelo gás que a Bolívia não pode entregar e não pode entregar porque estamos aqui confusos desde 2003 e que deixamos de investir e desde 2006 quase está parada a indústria” (El Diálogo, junho 2008). O GNL importado, na verdade, representou um volume muito baixo para a demanda total argentina. No gráfico n. 3 é possível visualizar a diferença entre os preços práticos no mercado argentino:

Gráfico n. 3 - Comparativo dos preços do mercado de gás natural argentino



Fonte: dados Gas Energy (2008), elaboração própria.

A indústria argentina vem recebendo subsídios do Estado, que mantém o preço fixo do gás a partir de 2001, o que elevou a utilização do gás natural tanto como matéria-prima quanto como combustível. Por sua vez, o setor elétrico vem dependendo do gás natural em 55% do total gerado de energia elétrica. Ressalta-se que a utilização da hidroeletricidade representa 40% do total de geração elétrica na Argentina, mais baixa do que em outros países da América Latina. O consumo de gás natural pelas residências é altamente sazonal. Assim, no inverno o consumo chegou a ser maior que o da indústria. Entre 1993 e 2008 a demanda cresceu em torno de 4,4% ao ano, 2008 representa 89% a mais de demanda que em 1993.

Considerações finais

Este trabalho analisou o mercado de gás natural argentino no período após as privatizações realizadas na década de 1990. Observou-se o comportamento e o estágio do mercado do combustível que resultaram em nova regulação de mercado. Foram analisados também: a eficiência no mercado, o intercâmbio de gás natural com outros países e perspectivas futuras para este mercado.

Em primeiro lugar, em relação à questão de eficiência no mercado, examinou-se se esse processo acarretou ou não em aumento de disponibilidade e de fornecimento do gás natural, bem como os níveis de reservas de gás natural. Observando o volume das reservas provadas de gás natural, a situação mostrou-se preocupante durante todos os anos da década de 2000. A demanda interna e externa evoluiu rapidamente a taxas em torno de 5% ao ano, resultando em um horizonte de esgotamento definitivo da oferta de gás para segunda metade da década de 2010. Setorialmente, a dependência do consumo de gás natural se deu principalmente na indústria, para termoelétricas e o consumo residencial.

Em segundo lugar, foram mostradas as relações e intercâmbio da Argentina com outros países, principalmente Brasil, Uruguai e o Chile no caso da exportação de gás natural e a Bolívia no caso da importação do combustível. Devido a uma perspectiva negativa, as exportações para o Brasil, o Uruguai e, principalmente, Chile foram substancialmente cortadas. Soma-se que o mercado boliviano entrou em crise em 2007.

Por último, observaram-se as perspectivas para o futuro do mercado do gás na Argentina, se o horizonte seria de escassez ou se existiria uma saída racional para o suprimento interno do combustível. Especialistas do setor marcaram em 2004 um possível colapso para o ano de 2015, caso fossem mantidas as exportações de gás natural para os países anteriormente citados. No ano de 2008 o país buscou a alternativa do GNL, mas, esse volume equiparou-se ao da importação da

Bolívia, em média 2,6 milhões de metros cúbicos por dia. Em comparação com o gás da Bolívia, o preço do GNL é duas vezes maior. Em comparação com o preço do gás natural argentino, o GNL é seis vezes maior.

Pela maneira em que se organizou a estrutura da indústria do gás natural na Argentina até o início da década de 1990, pode-se dizer que constituía um monopólio do estado tanto na atividade de *upstream* quanto de *downstream*. Com a outorga das privatizações, essa estrutura modificou-se para um oligopólio nas duas atividades, mudando também a dinâmica da produção e investimentos. A entrada de empresas privadas no setor elevou a velocidade da produção de gás natural. Essa maior disponibilidade estimulou o aumento do consumo por todos os segmentos da demanda interna e mesmo a externa durante a referida década.

A crise de 2004 foi um indicativo da problemática a ser enfrentada na Argentina pelos formuladores de políticas para o setor energético durante essa década: a ênfase no mercado interno e uso racional do gás natural. Dessa problemática, surgiram impasses na relação com países demandantes desse energético: o Chile, o Brasil e o Uruguai. Os dois primeiros por terem sofrido cortes na exportação argentina do gás já contratado nos últimos anos da década de 2000, e o Brasil, que além de sofrido cortes, também teve que barganhar a sua parcela do gás boliviano com a Argentina em 2007.

O papel da Argentina¹⁰ no mercado energético do Cone Sul mudou de fornecedor de gás natural para demandante nos anos 2000. O peso de cada um desses papéis é obviamente diferente, uma vez que na América Latina poucos países possuem o *status* de exportador de gás natural, e estes poderiam fixar as regras em um contrato. A Argentina tornou-se um concorrente pelo gás natural liquefeito – o GNL vindo de países como Trinidad e Tobago e também pelo gás produzido na Bolívia. Logo, o caminho a trilhar é o de um estabelecimento conciso de planejamento estratégico tanto por parte das empresas como por parte do Estado. Esse planejamento deverá ser no sentido de conquistar futuros fornecedores de gás natural, seja pela via GNL ou pelo gás natural por dutos.

Referências Bibliográficas

ANASTASIA, Fátima, RANULFO Carlos e SANTOS Fabiano. **Governabilidade e Representação Política na América do Sul** Rio de Janeiro/São Paulo, Editora da Unesp, 2004

¹⁰ Observando a problemática atual na Argentina, o que tem sido feito para enfrentar o espectro da escassez possível marcada para 2015 do combustível foi a importação de gás natural liquefeito (GNL) de Trinidad e Tobago, dado que a Bolívia, outro país com questões a serem enfrentadas no seu mercado, não poderá cumprir o contrato estabelecido com a Argentina de entrega de 7,7 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Ao mesmo tempo o Brasil não abriu mão de parte do gás contratado com a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia* – YPFB, de 30 milhões de metros cúbicos por dia. Salienta-se que o resultado para o Chile, Brasil e Uruguai, foi uma redução drástica das exportações de gás.

- ARGENTINA, **Secretaria de Energia de Argentina** www.energia.mecon.gov.ar, acesso em 25/03/2009.
- ARGENTINA, **Ente Regular Nacional del Gas. Anuario Estadístico del Ente Regular Nacional del Gas**. Buenos Aires: ENARGAS, 2006.
- ARGENTINA, **Secretaria de Energia de Argentina. Balance Energético Nacional 2006**. Buenos Aires: MECON, 2006.
- ALLENDE Garcia, Maria Lorena **Reformas do estado e privatizações na Argentina dos anos 1990; o caso do setor de telecomunicações. Tese de Doutorado, PPGE/UFRGS, mimeo, 2007.**
- ALMEIDA, Edmar L. F. **Fatores Indutores e Barreiras Para o Comércio de Gás Natural no Cone Sul**. Artigo Nº 11, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.
- AZPIAZU, Daniel. **Las privatizaciones en la Argentina**. Miño Y Davila. Buenos Aires, 2003.
- BRASIL, ANP. **Anuário Estatístico da Indústria Brasileira do Petróleo**. Rio de Janeiro: Agência Nacional do Petróleo - ANP, 2007.
- BANDEIRA, A. C. **Reformas Econômicas, Mudanças Institucionais e Crescimento na América Latina**. 24º Premio BNDES de Economia. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, 2002.
- BOLÍVIA, **Superintendência de Hidrocarburos de Bolívia**. www.superhid.gov.bo, acesso em 07/06/2008.
- BOLÍVIA, **Viceministerio de Energia y Hidrocarburos de Bolívia**. www.energia.gov.bo, acesso em 25/03/2009.
- CAMPODÓNICO, Humberto. **La Industria del Gas Natural y Las Modalidades de Regulación en América Latina**. Serie Medio Ambiente y Desarrollo Nº 9, CEPAL. Santiago, 1998.
- CAMPODÓNICO, Humberto. **Reformas e Inversión en la Industria de Hidrocarburos de América Latina**. Série Recursos Naturales e Infraestrutura Nº 78, CEPAL. Santiago, 2004.
- CERA - CAMBRIDGE ENERGY RESEARCH ASSOCIATES. **LGN in Latin América – The New Panacea?**. Relatório Latin America Energy Watch. Cambridge: CERA, 2007.
- DICCO, Ricardo. **Análisis de la Participación de los Principales Conglomerados Empresarios en las Diversas Fases de la Cadena Gasífera y en Otros Segmentos del Mercado Energético de Argentina**. Material de Área Nº9, Instituto de Investigación em Ciencias Sociales – Universidad del Salvador. Buenos Aires, 2004.
- DICCO, Ricardo. **El Comportamiento del Oligopolio Energético que Opera en Argentina Sobre la Oferta Primaria de Gas Natural**. Material de Área Nº12, Instituto de Investigación em Ciencias Sociales – Universidad del Salvador. Buenos Aires, 2005.
- DICCO, Ricardo. **Estudio Sobre el Agotamiento de las Reservas Hidrocarburíferas de Argentina, Período 1980-2005**. Material de Área Nº24, Instituto de Investigación em Ciencias Sociales – Universidad del Salvador. Buenos Aires, 2006.
- DICCO, Ricardo. **Gas Natural: Análisis de la Situación Actual del Abastecimiento del Mercado Interno y de las Exportaciones**. Material de Área Nº10, Instituto de Investigación em Ciencias Sociales – Universidad del Salvador. Buenos Aires, 2004.
- DICCO, Ricardo. **Principales Características del Programa de privatización de Yacimientos Petrolíferos Fiscales y su impacto sobre la oferta primaria de hidrocarburos**. Material de Área Nº7, Instituto de Investigación em Ciencias Sociales – Universidad del Salvador. Buenos Aires, 2004.
- FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina – Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

- FLORISSI, Stefano in SALVO, Mauro [ORG.] . **Uma Nova Relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil**. EDUNISC, 1ª edição. Santa Cruz do Sul, 2004.
- FRANZINI, A. Fernández. **La Privatización de los Servicios Públicos en Argentina: El Caso de los Segmentos Gas Natural, Eléctrico e Ferrocarriles**. Material de Área N°6, Instituto de Investigación em Ciencias Sociales – Universidad del Salvador. Buenos Aires, 2004.
- GADANO, Nicolás. **Determinantes de la Inversión en El Sector Petróleo y Gas de la Argentina**. Serie Reformas Económicas N° 7, CEPAL. Santiago, 1998.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **South American Gas: Daring to Tap the Bounty**. International Energy Agency: Paris, 2003.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Natural Gas Information 2007**. International Energy Agency: Paris, 2007
- GAS ENERGY. **Market Report – Gás Natural – Editorial**. Várias edições. Porto Alegre, 2007-2008.
- GERCHUNOFF; Llach, **El ciclo de La ilusión y El desencanto: um Siglo políticas econômicas argentinas**. Buenos Aires, Editora Ariel Sociedad Económica, 2005
- GOBIERNO DE ARGENTINA. **Ley Nacional N° 17.319 – Ley dos Hidrocarburos**. Buenos Aires, 1967.
- GOBIERNO DE ARGENTINA. **Ley Nacional N° 24.076 – Marco Regulatorio del Gas**. Buenos Aires, 1992.
- KOZULJ, Roberto. **Resultados de la Reestructuración de la Industria del Gas em la Argentina**. Série Recursos Naturales e Infraestrutura N° 14, CEPAL. Santiago, 2000.
- KRAUSE, G. e PINTO JR, HELDER Q.. **Estrutura e Regulação do Mercado de Gás Natural Experiência Internacional**. Nota Técnica ANP N° 3. Rio de Janeiro: Agência Nacional do Petróleo, 1998.
- LLANOS, Mariana. *Understanding presidential power in Argentina: a study of the policy of privatisation in the 1990s*. **Journal of Latin American Studies**, n° 33. Cambridge, 2001.
- LENZ, M. Heloisa. *Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre, RS, Editora da UFRGS, 2004.
- LENZ M. Heloisa. *Crise e Negociações Externas na Argentina no Final do Século XIX: o Início da Insustentabilidade do Modelo Aberto*. **Economia e Sociedade**, Campinas. São Paulo, 2006.
- PINTO JR, HELDER Q...[ET AL]. **Economia da Energia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- PISTONESI, Héctor. **Desempeño de las Industrias de Electricidad y Gas Natural Después de las Reformas: El Caso de Argentina**. Série Gestión Pública N°15, CEPAL. Santiago, 2001.
- THORP, Rosemary. *Progresso, pobreza e exclusão. Uma história econômica da América Latina no século XX*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento e União Européia, 2000.